

UM ESTUDO PALEOGRÁFICO DE MANUSCRITOS CATALANOS OITOCENTISTAS

Mayara Aparecida Ribeiro de Almeida (UFG)

may_aparecida20@hotmail.com

Maria Helena de Paula (UFG)

mhp.ufgcatalogo@gmail.com

RESUMO

O presente estudo procura expor resultados parciais de nossa pesquisa intitulada “Registros de Batizados da Paróquia Nossa Senhora Mãe de Deus: apontamentos para o estudo da linguagem e história da escravidão”, apoiada pelo CNPq e vinculada ao projeto “Em busca da memória perdida: estudos sobre a escravidão em Goiás”, coordenado pela Profa. Dra. Maria Helena de Paula, fomentado pela FAPEG. Para este trabalho, apresentamos algumas características paleográficas observadas no *corpus* desta pesquisa, composto por dois livros de registro de batizado da Paróquia Nossa Senhora Mãe de Deus. O primeiro é datado entre os anos de 1837 e 1838 e destinado ao assento de batismo de crianças livres e escravas; o segundo, exarado entre os anos de 1871 a 1885, destinou-se especialmente ao registro dos filhos de ventre livre, aqueles que, sendo filhos de escravos, nasceram na condição de livres devido à assinatura da Lei nº 2040 de 28 de setembro de 1871. Consoante o que nos diz Cambraia (2005), uma das finalidades do labor paleográfico é a capacitação de pesquisadores para interpretar corretamente o sistema de escrita antigo, possibilitando que estes apresentem uma leitura/edição fiel ao que se encontra assentado nos textos em análise. Sob esta perspectiva e primando pela fidedignidade da edição, lançamos nosso olhar para as orientações paleográficas, com foco em suas abreviaturas e (orto)grafias, tomando como referência os diferentes punhos apresentados ao longo dos dois códices, tendo como referencial teórico os estudos de Spina (1977), Cambraia (2005), Acioli (1994), Costa (2007), Coutinho (1976), entre outros.

Palavras-chave: Filologia. Paleografia. Abreviaturas. Ortografia.

1. Palavras iniciais

No presente estudo, apresentamos resultados parciais da pesquisa “Registros de Batizados da Paróquia Nossa Senhora Mãe de Deus: apon-

tamentos para o estudo da linguagem e história da escravidão”, desenvolvida no âmbito do PIBIC/CNPq. De modo geral, com a realização deste trabalho tivemos como escopo efetuar o cotejo entre dois códices eclesiásticos, a fim de verificar diferenças e semelhanças paleográficas, lexicais e históricas. O primeiro livro, escrito em 1837 e 1838, destinou-se ao assento de batismos de crianças livres e escravas, enquanto que ao segundo códice reservou-se unicamente inscrever os assentos dos nascidos de ventre livre, meninos e meninas que vieram ao mundo na condição de livres, mesmo sendo filhos de negros escravos, devido a Lei nº 2040 promulgada em 28 de setembro de 1871, popularmente conhecida como a “Lei do Ventre Livre”.

Vale informar que este estudo se vincula ao projeto “Em busca da memória perdida: estudos sobre a escravidão em Goiás”, o qual é coordenado pela Profa. Dra. Maria Helena de Paula e segue fomentado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG). Integram esse projeto pesquisas que buscam rememorar o passado de homens e mulheres vítimas do sistema de servidão negra aplicado no Brasil, de modo específico, aquelas pesquisas que se debruçam sobre a história realizada em território goiano. E para acessar tais informações dispomos como objeto de análise o texto escrito, o *corpus* de nosso labor científico e sobre o qual todo trabalho filológico está centrado.

No entanto, por lidarmos com materiais manuscritos nos deparamos com certas especificidades que requerem do estudioso lançar mão de outras áreas do conhecimento para que obtenha um trabalho fidedigno, estando a paleografia entre um dos recursos que está além da possibilidade, sendo reconhecido até mesmo como uma necessidade.

Mediante um estudo paleográfico que se atenha as todas as particularidades da escrita nós é possível obter uma edição fidedigna, não alterando assim o que de fato se escreveu nestes livros. Além disso, ter um olhar paleográfico agiliza o processo de edição e possibilita que dúvidas sejam sanadas com maior rapidez.

Sabendo dessa importância, apresentamos no decorrer desta análise, um breve estudo paleográfico dos códices eclesiásticos, concentrando-nos em suas abreviaturas e (orto)grafias. Para tanto, nos baseamos nos seguintes teóricos: Spina (1977), Cambraia (2005), Acioli (1994), Costa (2007) e Coutinho, (1976), entre outros.

2. Breves noções paleográficas

A paleografia (*palaaios*, antigo e *graphien*, escrita) é uma ciência que se dedica ao estudo das escritas antigas, de modo específico, aquelas que se assentam sobre materiais perecíveis, tais como: papiro, pergaminho e papel.

De acordo com Acioli (1994), a função do labor paleográfico consiste em ler e interpretar as grafias antigas, estabelecer o período e o local em que o manuscrito foi escrito e identificar os possíveis erros ou adulterações nele contidos, tendo por finalidade fornecer subsídios para outras áreas do conhecimento.

Com relação às suas finalidades, Cambraia (2005) as divide em teórica e pragmática. A finalidade teórica responde pela compreensão dos sistemas de escrita empregados ao longo dos anos. De outro modo, a finalidade pragmática pode ser observada na capacitação de leitores modernos para identificarem a autenticidade de um documento (baseando-se na escrita empregada) e para interpretarem adequadamente seu sistema de escrita.

Cambraia (2005, p. 23-24) afirma ainda que

A relevância da paleografia para o crítico textual é bastante evidente: para se fixar a forma genuína de um texto, é necessário ser capaz de decodificar a escrita em que seus testemunhos estão lavrados. É muito comum, aliás, existirem edições de texto que apresentam falhas decorrentes de equívoco na leitura do modelo por parte do editor.

Frente ao exposto, acreditamos que a relevância de aplicar os conhecimentos paleográficos em nosso estudo deu-se na possibilidade de conhecermos, em linhas gerais, o sistema de escrita empregado nesses documentos eclesiásticos e, além disso, na possibilidade de decodificarmos corretamente a escrita dos textos em análise, permitindo, assim, que realizássemos uma edição fiel ao que está assentado nestes livros.

E dentre todas as possibilidades que integram o âmbito dos estudos paleográficos, para este trabalho optamos em abordar a ortografia e a abreviatura, conforme pode ser observado nas seções que se seguem.

3. Características ortográficas

Coutinho (1976) estabelece que a ortografia portuguesa foi marcada por três períodos: o fonético, o pseudoetimológico e o simplificado.

XVIII CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

O período fonético, fase arcaica do português, que predominou desde o surgimento da escrita até o século XVI, teve como principal característica a aproximação da escrita à língua falada com vistas a facilitar a leitura.

O período pseudoetimológico foi empregado a partir do século XVI e estendeu-se até 1904, quando foi publicada a *Ortografia Nacional* de Gonçalves Viana. Essa fase da ortografia teve como principal característica o emprego de uma escrita influenciada pela etimologia das palavras.

No entanto, conforme nos diz Coutinho (1976), nesse período era observada a utilização de várias (orto)grafias, uma vez que a etimologia era uma ciência que dependia, na maioria dos casos, “da fantasia de cada escritor”. Assim, inferimos que, de fato, muitas palavras eram grafadas seguindo a etimologia correta; entretanto, em outras situações verificou-se uma grafia que não estava de acordo com suas origens.

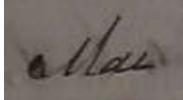
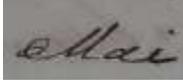
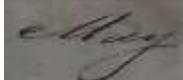
Por fim, o período simplificado, que se iniciou em 1904 com a publicação da *Ortografia Nacional*, por Gonçalves Viana, estabeleceu dois tipos de sistema ortográfico simplificado: o português e o luso-brasileiro, com o intuito de uniformizar a escrita e também de simplificar sua ortografia, o que até o presente momento ainda não se concretizou.

No caso dos dois livros de batismo, podemos dizer que apresentam uma ortografia pseudoetimológica, como se verifica nestes exemplos:

	Edição fac-similar	Edição semi-diplomática		Edição fac-similar	Edição semi-diplomática
I LIVRO		hum (1r)	II LIVRO		Anna (1r)
		Villa (1r)			baptisei (1r)
		Callaça (2r)			Benedicta (1r)
		Assumpção (3r)			Delphina (1v)
				Felippe (1r)	
				innocente (1v)	

Quadro 1 – exemplo de ortografia pseudoetimológica.

Ademais, verifica-se a ocorrência de poligrafia, evidenciando, deste modo, a dúvida por parte dos escribas com relação a que grafia deveriam usar, como se observa no caso a seguir.

Códice	Edição fac-similar	Edição semidiplomática
2º livro		Mae (13v)
		Mai (9r)
		May (1r)

Quadro 2 – exemplo de poligrafia.

4. O sistema braquigráfico

Nesta seção, abordaremos acerca do sistema braquigráfico (*braqui*, curto e *graphien*, escrever), conhecido popularmente como o sistema das abreviaturas.

A origem deste sistema remonta a um tipo de escrita muito utilizado na Roma antiga, a taquigrafia (do grego *tachys*, rápido e *graphein*, escrever), elaborada para possibilitar uma escrita que fosse tão rápida quanto a fala, tendo em vista que, nesta época, era comum transcrever os discursos no momento em que estes eram proferidos.

O primeiro sistema taquigráfico de que se tem notícia foram as notas tironianas (*notae tironianae*), criadas por Marco Túlio Tiro, um grande orador romano. A partir desse sistema desenvolveram-se no século II d. C. as notas jurídicas (*notae iuris*), um sistema muito complexo de abreviaturas, que recebeu esse nome por ser utilizado principalmente em códices notariais.

De acordo com Spina (1977), este sistema passou a ser muito utilizado na Idade Média em razão dos preços elevados que os materiais de escrita detinham na época, o que se justifica por sua raridade. Desta feita, com vistas a economizar tinta e papel, o uso das abreviaturas se tornou cada vez mais frequente, o que, de certo modo, trouxe dificuldade para a leitura dos textos manuscritos, uma vez que nem todos sabiam identificar a que palavras tais abreviaturas se referiam, razão pela qual Spina (1977,

p. 44) afirma que o conhecimento das abreviaturas é “a chave para a interpretação paleográfica”.

Para a classificação das tipologias, tomamos por base a tipologia utilizada por Costa (2007)⁶⁰, que parte da natureza do sinal abreviativo, a saber: sinal geral, sinal especial, notas tironianas ou taquigráficas e abreviaturas numéricas.

Segue a descrição dos tipos de abreviaturas com a apresentação, respectivamente, de alguns exemplos retirados das atas batismais.

4.1. Abreviaturas por sinal geral

Esse tipo de abreviatura caracteriza-se pela utilização de um signo abreviativo, que serve para indicar que um ou mais grafemas da palavra foram suprimidos, mas sem dispor a informação sobre quais são eles. Os signos abreviativos podem ser: ponto (.), apóstrofo (’), traço envolvente (@) ou ainda linha sobreposta ao grafema (¯). Esse tipo subdivide-se em:

i) *Abreviatura por suspensão ou apócope*: caracteriza-se pela supressão dos elementos finais do vocábulo, em que se utiliza o ponto (.) como signo abreviativo. Identificamos o uso deste tipo de alforria apenas no primeiro códice. Observe-se:

Códice	Edição fac-similar	Edição semidiplomática
1º livro		que (1r)
		em que (1r)

Quadro 3- exemplo de abreviatura por suspensão ou apócope.

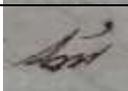
ii) *Abreviatura por sigla*: este tipo de abreviatura caracteriza-se na representação da palavra por sua letra inicial maiúscula. Esse tipo ocorre de duas formas, quando indicada apenas por uma letra (sigla simples) ou ainda com a apresentação de duas letras iguais, indicando o plural desta palavra (sigla reduplicada). Identificamos casos apenas da sigla simples, veja alguns exemplos retirados dos códices.

⁶⁰ Segundo Costa (2007) sua classificação baseou-se nos seguintes autores: Millares Carlo (1929), Flexor (1990), Spina (1994) e Megale e Toledo Neto (2006).

Códice	Edição fac-similar	Edição semidiplomática
2º livro		Dona (1r)
		Nossa (1r)

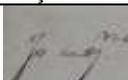
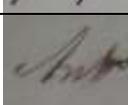
Quadro 4 – exemplo de abreviatura por sigla simples.

iii) *Abreviatura por contração ou síncope*: tipo de abreviatura em que ocorre a supressão de elementos do meio do vocábulo. Para uma identificação mais fácil da palavra abreviada, conservam-se algumas letras intermediárias, chamadas de *características*. Observe:

Códice	Edição fac-similar	Edição semidiplomática
1º livro		Rodriguez (4r)
		Senhor (22r)

Quadro 5 – exemplo de abreviatura por síncope.

iv) *Abreviatura por letras sobrescritas*: ocorre quando as últimas letras das palavras aparecem sobrepostas. Veja a alguns exemplos:

Códice	Edição fac-similar	Edição semidiplomática
2º livro		Joaquina (6v)
		Antonio (4v)

Quadro 6 – exemplo de abreviatura por letras sobrescritas.

v) *Abreviatura mista*: quando em uma mesma palavra observa-se a utilização da abreviatura por apócope (suspensão) e por síncope (contração), ou ainda, quando observa-se tal situação em uma mesma sequência de palavras.

Códice	Edição fac-similar	Edição semidiplomática
1º livro		Nossa Senhora (2r)

Quadro 8 - exemplo de abreviatura mista.

4.2. Abreviaturas numéricas

Ocorre quando se utilizam números para abreviar nomes, os quais designam ordem, divisão e meses do ano. Nos dois códices eclesiásticos aqui analisados, identificamos a utilização desse tipo de abreviatura apenas quando se referia aos meses do ano. Vale ressaltar que esse tipo de abreviatura não podia ser utilizado para todos os meses do ano, restringindo-se apenas a esses: setembro, outubro, novembro e dezembro.

Códice	Edição fac-similar	Edição semidiplomática
2º livro		Setembro (7v)
		Novembro (2r)

Quadro 9- exemplo de abreviatura numérica.

4.3. Abreviatura por sinal especial e notas tironianas ou taquigráficas

A abreviatura por sinal especial ocorre quando coloca-se um sinal no início, meio ou fim da palavra abreviada. O que difere este tipo de abreviatura daquele estabelecido por sinal simples é apenas o tipo de sinal utilizado, por exemplo: parágrafo (§).

As notas tironianas, como mencionamos anteriormente, são a forma mais antiga de taquigrafia, em que utilizava-se sinais, baseados no alfabeto maiúsculo romano, em posições diferentes, sendo que para cada uma dessas posições eles adquiriam significados distintos.

Vale ressaltar que tanto no códice de 1837-1838 quanto naquele exarado entre os anos de 1871-1885 não identificamos nenhuma ocorrência desta tipologia.

5. Considerações finais

Por meio da escrita tornou-se possível à humanidade o registro de sua história, possibilitando juntamente a isso que ela fosse/seja transmitida a outras gerações. É por este motivo que a filologia centra-se no texto, seu objeto de estudo, com vistas a prepará-lo para ser publicado, restituir sua genuinidade e conhecer a história que se encontra externa ao documento, respondendo, respectivamente, por suas funções substantiva, adjetiva e transcendente. Para tanto, o filólogo deve recorrer a outras áreas do conhecimento para que suas funções sejam de fato serem realizadas, estando a paleografia entre as ciências passíveis/necessárias para que se alcancem esses objetivos, uma vez que esta encarrega-se do estudo da escrita assentada em materiais perecíveis, como o papel, material sobre o qual os textos aqui abordados se assentam. Ademais, o estudo da escrita possibilita ao filólogo capacitar-se para interpretar corretamente o sistema de escrita antigo, proporcionando-lhe, assim, ter mais condições de realizar uma leitura/edição fiel ao que de fato encontra-se registrado nos textos.

Como o estudo paleográfico engloba muitas questões que não poderiam ser abordadas neste breve estudo, optamos por trabalhar neste artigo com ortografia e abreviatura. Com relação à primeira, constatamos que a ortografia apresentada nos dois códices eclesiásticos caracteriza-se como sendo pseudoetimológica porquanto os copistas buscavam desenvolver uma escrita semelhante às suas origens o que, por não existir na época uma normatização da ortografia amplamente conhecida, permitiu que se observasse uma mesma palavra sendo grafada de formas distintas. No que tange às abreviaturas, cuja compreensão torna-se indispensável para a leitura do texto, observamos que os copistas que escreveram os livros de registro fizeram um uso excessivo deste recurso, principalmente no primeiro códice, o que pode ser explicado pelos preços dispendiosos do material de escrita, pela oferta de uma escrita mais ligeira ou, ainda, por ser um estilo do copista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLI, Vera Lúcia. *A escrita no Brasil Colônia: um guia para leitura de manuscritos*. 2. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massanga, 2003.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

COSTA, Cônego Luis Antonio da. *Registros de Batizados da Paróquia Nossa Senhora Mãe de Deus*. Paróquia Nossa Senhora Mãe de Deus. 100 fólhos (52 fólhos ms). 1871-1885.

COSTA, Renata Ferreira. *Edição semidiplomática de memória histórica da Capitania de São Paulo, Códice E11571 do arquivo do Estado de São Paulo*. 2007. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa). – Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 5. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1962.

MATOZO, Francisco Xavier Matozo (OVigario Encomendado). *Livro de Registros de Batizados da Paróquia Nossa Senhora Mãe de Deus*. Paróquia Nossa Senhora Mãe de Deus. 52 fólhos manuscritos, 1837-1838.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1977.